

Voo cego

ACM defende plebiscito para definir sistema de governo

RITA TAVARES
Da Sucursal de Brasília

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, defendeu ontem a realização de um plebiscito que defina o sistema de governo a ser adotado pela nova Constituição. "O último plebiscito foi contra o parlamentarismo. Diante da lógica, deveria ter uma definição popular antes que a Constituinte faça vingar um sistema de governo", disse, ao desembarcar na Base Aérea de Brasília depois de um fim-de-semana em Salvador.

Magalhães fez referência ao plebiscito de 1962, quando o sistema parlamentarista implantado para permitir a posse do presidente João Goulart foi reprovado pela população e substituído pelo sistema de governo presidencialista. Foi a úni-

ca consulta plebiscitária sobre sistema de governo na história republicana do país.

Defensor ferrenho do presidencialismo, Magalhães disse que é contrário a acordos que "deformem" os sistemas políticos de governo, porque isso "acarretará em crises permanentes" (sic). Não especificou, entretanto, quais seriam estas deformações, afirmando apenas: "Sistemas sem definição de quem manda — se o primeiro-ministro ou o presidente — ninguém vai saber quem manda."

Perguntado sobre as divergências internas do governo Sarney sobre a definição do mandato do presidente e do sistema de governo a ser aprovado, Magalhães respondeu seccamente: "Respeito a posição do ministro Brossard (da Justiça) e ele tem de respeitar a minha." Foi uma

resposta às declarações de Brossard, na última sexta-feira, quando admitiu perspectivas para um acordo entre o Congresso constituinte.

Mesmo procurando amenizar suas declarações, Magalhães disse que o presidente Sarney poderá "avaliar o trabalho e a lealdade" de seus ministros e promover uma reforma da equipe. "O presidente pode fazer uma avaliação e incluir inclusive congressistas no seu governo", disse. "Mas cabe ao presidente Sarney decidir quando mudar."

"Inegociável"

Ontem, o ministro Paulo Brossard mudou o tom empregado na sexta-feira. Negou que as negociações sobre o sistema parlamentarista e um mandato de cinco anos tenham evoluído, frisando que o "mandato é inegociável".

Apesar das discordâncias anteriores, Magalhães foi na mesma linha: "O presidente não tem o direito de abdicar de seus poderes — presidencialismo com um mandato de seis anos". Ao desembarcar na Base Aérea, 45 minutos antes do ministro das Comunicações, às 17h50, o ministro Prisco Viana (Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente) disse que Sarney "não propõe nada, não discute nada com a Constituinte".

"Ele não se envolve em negociações. Mas não será obstáculo contra qualquer entendimento dos líderes", afirmou Prisco. Mas ele insistiu que o presidencialismo e o mandato de cinco anos serão aprovados pelo plenário da Constituinte. "Estamos seguros que se tem consolidado uma tendência pela aprovação não só do mandato como do sistema de governo."



O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, em seu gabinete

Para Leonidas, o importante é o mandato

ALEXANDRE POLESÍ
Da Sucursal de Brasília

O general Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, foi absolutamente claro a respeito do que pensa sobre o futuro sistema de governo, no último sábado de manhã, em Brasília. "Não faço nenhuma restrição ao parlamentarismo, desde que conduza a um grande entendimento nacional e preserve o mandato do presidente", disse ao deputado Gil César (PMDB-MG).

O general repetiu três vezes que não tem nada contra o parlamentarismo e disse que espera um acordo no Congresso constituinte sobre sistema de governo e o mandato do presidente Sarney. Foi além: "A última coisa que eu quero fazer é pôr tropa na rua para manter a tranquilidade nacional", disse Leonidas, segundo o relato de Gil César à Folha, sábado à noite, reafirmado ontem à tarde, mesmo depois que o deputado leu o suposto desmentido do ministro a respeito da aceitação do parlamentarismo.

Ficou implícito na conversa que ao se referir a "tropa na rua" o general tinha em mente os riscos de turbulência política que poderia trazer uma eventual eleição presidencial este ano, sob uma crise econômica. A conversa, entretanto, não prosperou por aí e o deputado Gil César — coordenador da bancada do



O ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, em frente à sede do STF

PMDB mineiro — não insistiu neste ponto.

Ao dizer que não se opõe ao parlamentarismo, o general Leonidas repetiu com mais clareza o que havia dito, na sexta-feira, ao deputado José Geraldo, também do PMDB de Minas. Mas acabou contradizendo uma declaração ditada pelo próprio general no mesmo sábado à noite, na qual procurava

retificar as afirmações de José Geraldo de que seria favorável ao parlamentarismo.

Na declaração, distribuída não pelo Ministério do Exército, mas pelo Gabinete Civil da Presidência da República, o general reafirmou sua posição "enfática" pelo presidencialismo e pelos cinco anos para Sarney e retificou as declarações de José Geraldo publicadas nos jornais de sábado.

Borges não opina mais sobre sistema

MAURO LOPES

Coordenador de Política da Sucursal de Brasília

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, disse ontem que se considera "recolhido" em relação à polêmica do sistema de governo, que começa a ser votado amanhã pelos constituintes. "Vou ao Congresso na terça defender um mandato de cinco anos para o presidente Sarney e vou recolher (sic) em relação ao sistema de governo", disse o ministro.

Na última quinta-feira, Borges da Silveira declarou à Folha ser defensor de um "amplo acordo" em torno da combinação do parlamentarismo com um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. O ministro, que desde o início da última semana já iniciara articulações em torno desta proposta com parlamentares do Centro Democrático — grupo conservador do PMDB ao qual está ligado —, sofreu uma saraivada de críticas dos "duros" do governo em função de suas posições.

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), chegaram a dizer que Borges havia mudado de posição, passando a defender o presidencialismo.

"Homem de governo"

Ontem, o ministro da Saúde deixou claro que defende formalmente o sistema presidencialista, na condi-

ção de auxiliar do presidente da República, que declara-se partidário deste sistema: "Como a posição do governo é presidencialista, estou com essa posição porque sou um homem de governo".

O que mudou na avaliação de Borges da Silveira é a possibilidade de um acordo em torno do parlamentarismo e dos cinco anos. "Está muito difícil de fazer a negociação, e não há condições, clima, para se definir um acordo agora", disse o ministro. O "acordo" a que se refere Borges trata-se de um acordo, basicamente, entre Ulysses Guimarães e Sarney. Este acordo, ele considera descartado antes da votação. Mas há outro acordo que o ministro acredita ser possível, entre os constituintes. "Pode haver um acordo na Constituinte sem a participação do governo", admitiu Borges.

O deputado Carlos Sant'Anna disse ontem à Folha que "já não há tempo" para um acordo entre o governo e a liderança do PMDB em torno do sistema de governo e do mandato do presidente Sarney. O deputado disse que o consenso não é viável, entre outros motivos, porque "até agora não foi apresentada nenhuma proposta" da parte de Ulysses Guimarães a Sarney. "Agora só resta ir ao voto (no plenário do Congresso constituinte), e vamos de presidencialismo e cinco anos", assegurou Sant'Anna.

Duração do mandato condiciona carreiras federais

ROBERTO LOPES
Da Reportagem Local

Ao definir o mandato dos futuros presidentes da República, a Constituinte estará dando uma espécie de sentença em primeira instância para um punhado de civis e militares em postos importantes da administração federal — gente que tem o destino de sua carreira condicionado à dúvida dos quatro ou cinco anos. Por exemplo, se der quatro anos, o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, começa a examinar os postos diplomáticos do Brasil no exterior. Ele já se decidiu a abandonar a Secretaria Geral do Itamaraty antes do final do mandato do presidente José Sarney.

É claro que, na votação das disposições transitórias da futura Constituição — o que se poderia considerar como o julgamento de segunda (e definitiva) instância —, a Constituinte pode fixar um mandato diferente para o atual presidente da República, mas isso, hoje, não parece muito provável. A tática de Paulo Tarso, de deixar seu cargo antes do fim do mandato de Sarney, foi usada, de forma semelhante, pelo ex-ministro Saraiva Guerreiro que, antes do fim do governo Figueiredo, teve seu nome indicado para a embaixada na Itália. O recurso é malvisto no Itamaraty.

O ex-ministro das Relações Exteriores Antônio Francisco Azeredo da Silveira esperou o fim do governo Ernesto Geisel (de 74 a 79) para pedir um posto — Paris —, que aliás não conseguiu (sendo, então, nomeado para Washington). No Itamaraty, esse procedimento é que parece o mais correto. Quando o governo Garrastazu Médici terminou (a 15 de março de 1974), o ex-chanceler Mário Gibson Barboza ficou vários meses sem posto, sendo, finalmente, designado para Atenas (capital da Grécia). Também foi assim com o embaixador João Augusto de Araújo Castro, ex-ministro das Relações



Flexa de Lima, falando no Planalto sobre retaliação a produtos brasileiros

Exteriores do governo presidencialista de João Goulart (encerrado com o Movimento de 64). Araújo Castro ficou algum tempo sem posto antes de ser mandado (por coincidência) para a capital grega.

No Itamaraty a intenção de Paulo Tarso não é, exatamente, um segredo. E na esteira do que ele fizer seguirão alguns diplomatas que servem atualmente em Brasília e estão, já, informados de seus planos. Também esses vão pedir postos no exterior. A Folha apurou que o atual secretário-geral poderia solicitar o

posto de embaixador do Brasil nos Estados Unidos (ocupado atualmente por Marcílio Marques Moreira) ou de chefe da missão brasileira junto à Organização das Nações Unidas, em Nova York (EUA).

A toda essa movimentação de dentro para fora do país corresponderá, claro, uma movimentação de fora para dentro. A aprovação dos quatro anos (que há um ou dois meses parecia mais certa do que agora), no texto permanente da Constituição, irá deflagrar o burburinho natural em torno dos mi-

Na Marinha, quatro anos apressam disputa

Se a Constituinte encurtar o mandato do presidente José Sarney para quatro anos, pelo menos três almirantes de quatro estrelas entram imediatamente na disputa pelo cargo de ministro da Marinha: o atual chefe do Estado-Maior da Armada, Hugo Stoffel, o futuro chefe de Operações Navais, Valbert Lisieux Medeiros de Figueiredo, e o atual secretário-geral da Marinha, Octávio Aché Pillar. Um mandato de cinco anos elimina esses três e deixa como candidato mais forte o atual diretor-geral de Material da Marinha, almirante Mário Cesar Flores — considerado o maior estrategista naval no quadro do almirantado.

Dos quatro, Flores é considerado o estrategista mais brilhante, Stoffel, um oficial extremamente respeitado e competente, mas Valbert Lisieux de Medeiros, de longe, como o mais político. Sua recente indicação para o Comando de Operações Navais — um órgão extremamente técnico (de planejamento de estratégias e táticas navais) — causou certa estranheza, mas a Folha apurou que Lisieux de Medeiros é um dos oficiais da predileção do atual ministro Sábota. (RL)

nisteriáveis para o Itamaraty. Hoje, dois nomes já circulam com mais força nos corredores do ministério, para o caso do futuro governo querer colocar no lugar do chanceler Roberto de Abreu Sodré um profissional da carreira diplomática: o do chefe da missão brasileira junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), Dário Moreira de Castro Alves, e o do ex-presidente da Nuclebrás Paulo Nogueira Batista, um diplomata de trânsito especialmente bom junto a autoridades militares.

Deputado aponta pressão por 5 anos

Da Sucursal do Rio

O deputado federal César Maia (PDT-RJ) afirmou ontem que constituintes quatroanistas estão se sentindo pressionados a votar pelos cinco anos. "Existem rumores no Congresso de que o governo já tem o parecer favorável do Supremo Tribunal Federal, a favor dos cinco anos. Caso os quatro anos fossem aprovados, o presidente Sarney recorreria, receberia o aval do STF e teria o apoio das Forças Armadas, que estariam defendendo uma decisão do Judiciário", disse Maia, acrescentando que esta manobra colocaria os partidos de oposição "numa situação difícil". Segundo Maia, estes rumores tem

Arraes diz que 'querem repetir' 64

Da Sucursal de Recife

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, disse anteontem em Recife que existe uma articulação golpista semelhante à que derrubou o seu governo em 64. "Todos sabem que fui cercado e preso pelos que não se conformavam com os avanços e que, novamente, querem repetir o que foi feito naquela época", afirmou.

Arraes lembrou a colocação de cartazes na capital pernambucana enaltecendo a atuação dos militares em 64. "Isso pode ser uma articulação golpista, semelhante à que me derrubou do governo. Então, é preciso o povo se unir para conduzir

o país numa direção nova, contrária aos interesses de grupos que não querem a democracia", disse o governador.

"Monopólio"

Arraes criticou também as empresas estrangeiras que manteriam no país o "monopólio de produtos essenciais", que seriam responsáveis pela inflação. "Muitas multinacionais se apossaram da nação e estão impedindo que a economia e o trabalho dos brasileiros se desenvolvam", acrescentou. As declarações de Arraes foram feitas durante a entrega de títulos de propriedade aos moradores do programa "Terra Sem Ninguém".